

Por uma soberania alimentar e energética

Posição das organizações, movimentos e pastorais sociais sobre a agroenergia no Brasil

Primeira Conferencia Nacional Popular sobre Agroenergia, Parana, Brasil:
"Afirmamos o direito da soberania popular sobre o seu território e seu destino. A soberania alimentar e energética é o direito do povo produzir e controlar os alimentos e a energia para atender suas necessidades. A política de produção de agroenergia não pode ser determinada pela lógica do mercado. E pelos interesses de lucro das empresas petrolíferas, automobilísticas e do agronegócio. Reafirmamos a necessidade de uma reforma agrária popular e de um processo de democratização de acesso á terra como via para garantir a soberania alimentar e a soberania energética"

POR UMA SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA

Posição das organizações, movimentos e pastorais sociais sobre a agroenergia no Brasil. Não há dúvida de que o planeta Terra está gravemente enfermo devido à ação destruidora do Capital, o grande responsável pela devastação ambiental, o aquecimento global e mudanças climáticas, além da privatização de todas as formas de vida. Estamos diante de uma encruzilhada: ou mudamos o paradigma de civilização atual ou a humanidade e a vida no planeta será destruída.

A nossa luta é por uma nova civilização baseada em uma relação de harmonia entre a humanidade e a natureza. Uma civilização em que não prevaleça o consumismo e a lógica do lucro e do mercado, que devasta os recursos naturais, concentra a riqueza e poder nas mãos de poucos e gera pobreza e desigualdade social. Lutamos por uma sociedade baseada na justiça social e ambiental, na igualdade, na solidariedade entre os povos, assentada em valores éticos coerentes a sustentabilidade de todas as formas de vida.

Diante disso nos posicionamos:

1. Defendemos que a terra, água, sol, ar, subsolo e a biodiversidade sejam conservados e utilizados de modo sustentável para prioritariamente produzir alimentos e proporcionar trabalho e qualidade de vida.
2. Afirmamos o princípio da soberania popular sobre o território e seu destino. A soberania alimentar e energética é o direito do povo a produzir e controlar os alimentos e a energia para atender suas necessidades.
3. A produção de energia não pode, de modo algum, substituir ou colocar em risco a produção de alimentos. A agroenergia só deverá ser produzida de forma diversificada e complementar à produção de alimentos.
4. A política de produção de agroenergia não pode continuar a ser determinada pela lógica de mercado, e pelos interesses das empresas petrolíferas, automobilísticas e do agronegócio. Combatemos o controle do capital estrangeiro sobre a economia, a terra, os recursos naturais e as fontes de energia do Brasil.
5. A agroenergia deve ser produzida para garantir a soberania energética do povo e não, como é promovida atualmente pelo governo, para ser exportada com o objetivo de abastecer os países ricos do norte e gerar lucros para o agronegócio e as grandes empresas nacionais e transacionais.
6. O atual modelo de produção de agrocombustíveis está pressionando a expansão das fronteiras agrícolas e ameaçando os biomas brasileiros, principalmente a Amazônia e o Cerrado. Exigimos o fim do desmatamento e da expulsão de agricultores em todos os ecossistemas brasileiros. Afirmamos a soberania de todos os povos e comunidades tradicionais sobre o território.
7. A soberania alimentar e energética deve ser baseada na agroecologia e em uma economia que ao mesmo tempo expresse e integre nacionalmente, de maneira democrática, as economias local e regional com suas necessidades e características específicas. Combatemos o modelo insustentável e excludente do agronegócio, um dos principais causadores das mudanças climáticas devido à transformação do uso da terra, o desmatamento e a utilização massiva de agrotóxicos e transgênicos, além da mecanização e do transporte de mercadorias em escala planetária.

8. Rechaçamos e combatemos qualquer tipo de monocultura e propomos que se limite do tamanho das propriedades rurais e o limite das áreas destinadas para a produção de agroenergia em cada estabelecimento, município e região.

9. Reafirmamos a necessidade de uma reforma agrária popular, do reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e de um processo de democratização de acesso a terra como via para garantir a soberania alimentar e a soberania energética. O atual modelo do agronegócio é um processo de contínua concentração da propriedade da terra.

10. Lutamos por um modelo energético sustentável e diversificado. A agroenergia é apenas uma das alternativas ao lado de medidas de eficiência e outras fontes de energia renovável e sustentável.

11. Defendemos um modelo energético popular e descentralizado, que expresse as necessidades sociais e as características e potencialidades locais e regionais. Propomos a produção e gestão na forma de pequenas unidades energéticas cooperativadas, comunitárias ou familiares sob controle dos camponeses, comunidades tradicionais e trabalhadores.

12. O papel dos camponeses e da agricultura familiar deve ser definido pela sua soberania e autonomia. Portanto, somos contra o sistema de integração que atrela os agricultores a empresas de agroenergia, que apenas exploram sua mão de obra. Defendemos políticas públicas que garantam crédito, assistência técnica e condições para que os camponeses produzam agroenergia em pequenas unidades de produção.

13. Lutamos por um novo sistema de transporte que integre suas diferentes formas (fluvial, ferroviário, rodoviário) e privilegie o transporte público e coletivo de qualidade, em vez do modelo insustentável e irracional dependente de petróleo e que privilegia o transporte individual.

14. Exigimos que o Estado brasileiro estimule, normatize e controle uma política de soberania energética em nosso país. Para isso, são necessários instrumentos, políticas e instituições públicas com controle social que garantam o papel efetivo do Estado para gerir todo o processo de produção e comercialização de agroenergia no Brasil. Assinamos a carta, nós, 500 participantes da Iª Conferência Nacional Popular sobre

Agroenergia, representando os movimentos que compõem a Via Campesina, ambientalistas, sindicalistas e pastorais.

Aderem à proposta:

Leonardo Boff – Teólogo

Roberto Requão – Governador do Paraná

Adriano Beyanon – Professor da Universidade Nacional de Brasília

Pastor Werner Fuchs

Primeira Conferencia Nacional Popular sobre Agroenergia. Na defesa da soberania alimentar e energética.

Curitiba, Paraná, Brasil. 31 de outubro de 2007.